



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Biblioteconomia

Caderno de Prova, Cargo G06, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Noções de Direito Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

A ética como pressuposto do direito

O filósofo Emanuel Kant mostrou que nenhum Estado de direito poderá subsistir se não houver, por parte dos cidadãos, uma ampla adesão a esse sistema, e não uma mera obediência, obtida por coerção governamental. Tem sentido análogo ao dessa consideração de Kant a seguinte passagem de Rousseau: “Colocar a lei acima do homem é um problema, para a política, que comparo ao da quadratura do círculo, para a geometria. Resolvi bem esse problema e o governo fundado sobre essa solução será bom e sem abuso. Mas até lá, onde acreditarem fazer reinar as leis, serão os homens que reinarão.”

É preciso, pois, desenvolver o **ethos** da nação, e para isso é preciso também criar os cidadãos, pois estes só se tornam efetivamente cidadãos quando têm seus direitos respeitados, e quando, em contrapartida, observam seus deveres. Parafraseando Erasmo, o homem não nasce cidadão, torna-se tal por meio da educação. O cidadão só é despertado para a necessidade de seu comportamento ético quando percebe que está na ética uma garantia para um pleno convívio social. Ele precisa valorizar essa convivência, perceber que ela é essencial para a sua vida. Caso não dê crédito às normas éticas, acabará por se amparar nas leis da natureza, que lhe parecerão mais vantajosas.

O comportamento ético se define pela universalização dos valores que o norteiam. É a situação em que o indivíduo, antes de agir, pergunta se o mérito de sua ação vai ao encontro do que os outros homens valorizam, assim como ele espera que as ações dos outros encontrem nele plena aprovação. É assim, retomando a observação de Kant, que se manifesta a adesão voluntária e participativa do cidadão ao sistema que rege uma sociedade.

(http://faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto_etica_rouanet.htm, adaptado)

1. De acordo com Kant, a subsistência de um Estado de direito depende de que
 - (A) uma parte dos cidadãos se disponha à submissão devida às leis.
 - (B) o sistema constitucional se imponha à maioria dos cidadãos.
 - (C) a legislação em que se sustenta obtenha o apoio dos cidadãos.
 - (D) o poder governamental saiba ser coercitivo em nome da lei.
 - (E) a obediência dos cidadãos seja o objetivo de quem legisla.

2. Resolvi bem esse problema e o governo fundado sobre essa solução será bom e sem abuso.

Com essa frase, no contexto do trecho de sua autoria, Rousseau está afirmando que

- (A) é tão difícil legislar de forma legítima quanto obter a quadratura do círculo.
- (B) a resolução do referido problema da geometria leva à forma justa de governar.
- (C) um governo que pretenda ser abusivo terá como desafio efetuar a quadratura do círculo.
- (D) os mais árduos problemas da geometria guardam íntima relação com o sistema de poder.
- (E) a quadratura do círculo tem dificuldade análoga à de governar impondo a lei aos homens.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Um cidadão só respeita a lei quando ela atende plenamente aos seus interesses pessoais.
- II. Os cidadãos acatam as leis quando sabem que elas existem para assegurar a convivência entre eles.
- III. A universalização da ética ocorre quando um cidadão se pergunta se o valor de sua ação tem o respaldo dos demais cidadãos.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) III, somente.

<p>4. Considerando-se o contexto, há franca oposição de sentido entre as seguintes expressões:</p> <p>(A) <i>ampla adesão e adesão voluntária.</i></p> <p>(B) <i>normas éticas e leis da natureza.</i></p> <p>(C) <i>desenvolver o ethos da nação e criar os cidadãos.</i></p> <p>(D) <i>universalização dos valores e comportamento ético.</i></p> <p>(E) <i>direitos respeitados e seus deveres.</i></p>	<p>8. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Na paráfrase de Erasmo, antes de nascer cidadão, os homens precisam de se converter como tal através da educação.</p> <p>(B) Kant defendeu a idéia de que, sem a adesão e a participação dos cidadãos, não há Estado de direito que se mantenha como tal.</p> <p>(C) O pressuposto de que haja o <i>ethos</i> da nação se deve à criatividade que, quanto a isso, competem aos homens estabelecer.</p> <p>(D) Quem haverá de obedecer leis humanas, em vez das naturais, se estas lhes parecerem inteiramente impostas?</p> <p>(E) Quem não se interroga o valor do ato que lhe é próprio não sabe qualificá-lo igualmente em relação ao outro.</p>
<p>5. No contexto em que está inserido, o termo sublinhado no segmento</p> <p>(A) <i>ampla adesão a <u>esse sistema</u> (1º parágrafo) refere-se a Estado de direito.</i></p> <p>(B) <i>que comparo <u>ao</u> da quadratura do círculo (1º parágrafo) refere-se a do homem.</i></p> <p>(C) <i>torna-se <u>tal</u> por meio da educação (2º parágrafo) refere-se a homem.</i></p> <p>(D) <i><u>ela</u> é essencial para a sua vida (2º parágrafo) refere-se a necessidade.</i></p> <p>(E) <i><u>que</u> rege uma sociedade (3º parágrafo) refere-se a adesão voluntária.</i></p>	<p>9. É preciso corrigir a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Assim como Kant, também Rousseau cria não ser possível, num Estado de direito, colocar as leis acima dos cidadãos.</p> <p>(B) As normas éticas, para serem universalizadas, dependem de que cada homem as identifique como princípios que vale a pena respeitar.</p> <p>(C) Erasmo, ao considerar a questão da cidadania, vinculou-a a uma condição: os homens, para se tornarem cidadãos, devem ser educados.</p> <p>(D) Caso não se convençam os homens, da vantagem do comportamento ético, é possível que busquem sua orientação, nas leis naturais.</p> <p>(E) É uma máxima do convívio social: ao desfrute de um direito deve corresponder, invariavelmente, o cumprimento de um dever.</p>
<p>6. Está plenamente adequada a concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Caso se coloque as leis acima do homem, este reagirá passando a seguir os ditames da natureza.</p> <p>(B) Não cabem aos princípios éticos determinar-se por si mesmos, pois quem os legitima é a necessidade humana.</p> <p>(C) Pretendem-se reconhecer nas escolhas éticas a universalização alcançada pelo respeito a princípios comuns.</p> <p>(D) A obediência às leis do instinto e da natureza costumam constituir a alternativa para quem descrê das leis humanas.</p> <p>(E) Não se impute aos homens que desobedecem as leis impostas o qualificativo de rebeldes, ou o de irresponsáveis.</p>	<p>10. <i>É preciso, pois, desenvolver o ethos da nação, e para isso é preciso também criar os cidadãos (...)</i></p> <p>A afirmação acima encontra equivalência de sentido nesta outra redação, igualmente correta:</p> <p>(A) É preciso que sejam criados os cidadãos, quando se faz necessário desenvolver o <i>ethos</i> da nação.</p> <p>(B) Por conseguinte, para que seja desenvolvido o <i>ethos</i> da nação, ele torna imprescindível a criação dos cidadãos.</p> <p>(C) Tendo em vista a criação de cidadãos, será necessário o desenvolvimento do <i>ethos</i> da nação.</p> <p>(D) É onde se deseja desenvolver o <i>ethos</i> da nação que se torna preciso criar os cidadãos.</p> <p>(E) Desde que se desenvolva o <i>ethos</i> da nação, também assim se desenvolverá a criação dos cidadãos.</p>
<p>7. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento:</p> <p>(A) <i>Resolvi bem esse problema (...)</i></p> <p>(B) <i>É preciso, pois, desenvolver o ethos da nação (...)</i></p> <p>(C) <i>Ele precisa valorizar essa convivência (...)</i></p> <p>(D) <i>(...) está na ética uma garantia para um pleno convívio social.</i></p> <p>(E) <i>(...) que as ações dos outros encontrem nele plena aprovação.</i></p>	

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

A sociedade democrática

Que significam as eleições? Muito mais do que a mera rotatividade de governos ou alternância no poder. Simbolizam o essencial da democracia: que o poder não se identifica com os ocupantes do governo, não lhes pertence, mas é sempre um lugar disponível, que os cidadãos, periodicamente, preenchem com um representante, podendo revogar seu mandato se não cumprir o que lhe foi delegado para representar.

As idéias de situação e oposição, maioria e minoria, cujas vontades devem ser respeitadas e garantidas pela lei, vão muito além dessa aparência. Significam que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa, voltada para o bem comum obtido por consenso, mas, ao contrário, que está internamente dividida e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente. A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade.

As idéias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los. É esse o cerne da democracia.

(Marilena Chauí, **Convite à Filosofia**)

11. Numa sociedade efetivamente democrática, as eleições significam que

- (A) a rotatividade ou a alternância no poder executivo são condições de todo dispensáveis.
- (B) os governantes devem submeter periodicamente seu mandato ao aval dos eleitores que os escolheram.
- (C) o lugar do poder é transitoriamente ocupado por um representante escolhido pelos cidadãos.
- (D) a escolha de um representante não depende, necessariamente, da vontade da maioria dos cidadãos.
- (E) o poder governamental pertence ao ocupante de um cargo eletivo apenas durante a vigência de seu mandato.

12. Deve-se depreender, da leitura do primeiro parágrafo do texto, que, numa democracia,

- (A) a delegação de poder é soberana e, por isso mesmo, incondicional.
- (B) a periodicidade das eleições depende de dispositivos governamentais.
- (C) o essencial está em confiar o poder a quem se identifique com o mando.
- (D) a revogação de um mandato significa a retirada de uma delegação.
- (E) a representatividade de um governante se deve à alternância no poder.

13. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A existência de situação e oposição numa sociedade é um fator necessário e suficiente para qualificá-la como democrática.
- II. O objetivo maior de um sistema democrático está em produzir uma sociedade igualitária e homogênea, imune às divisões internas.
- III. As tensões sociais, expressas publicamente num regime democrático, são inerentes à prática da verdadeira democracia.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) I e II.

14. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *a mera rotatividade de governos* = a vulgar alternativa de mando.
- (B) *comunidade una e indivisa* = grupo social coeso e indecomponível.
- (C) *considera o conflito legítimo e legal* = arbitra o dilema como justo e bem constituído.
- (D) *regulamentação jurídica formal* = incorporação legal e literal.
- (E) *são sujeitos de direitos* = são cidadãos que observam a lei.

15. O dinamismo próprio de uma democracia revela-se, sobretudo, quando

- (A) a maioria dos cidadãos faz representar-se como comunidade orgânica.
- (B) se formaliza juridicamente o direito à liberdade e à igualdade.
- (C) se batalha pelo consenso de idéias entre os detentores de direitos.
- (D) a minoria submete à aprovação da maioria a legitimidade de seus direitos.
- (E) ocorre a luta dos cidadãos para que seus direitos sejam garantidos.

16. *Igualdade e liberdade* são conceitos que

- (A) definem, por si mesmos, a essência de um sistema democrático.
- (B) devem ser tomados para além do que aparentemente significam.
- (C) descrevem o caráter estático de uma verdadeira democracia.
- (D) estabelecem entre si uma relação dinâmica de causa e efeito.
- (E) indicam a superação das contradições de uma democracia.

17. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) É preciso que se (**conferir**) às eleições muito mais que uma importância circunstancial.
- (B) O justo enfrentamento de todas as situações de conflitos sociais (**constituir**) uma das características da democracia.
- (C) As divergências que (**costumar**) haver numa sociedade dividida alcançam expressão política numa democracia.
- (D) Não se (**atribuir**) às manifestações eleitorais o sentido maior de um sistema democrático.
- (E) Não (**dever**) satisfazer a um cidadão, numa democracia, apenas os direitos que lhe cabem como eleitor.

18. Estão corretos o emprego e a flexão das formas verbais na frase:

- (A) Quem se desavir com a democracia haverá, mais cedo ou mais tarde, de pagar o preço caro da tirania.
- (B) O que mais nos apraz numa democracia é a confiança de que ela nos imbuê para lutar por nossos direitos.
- (C) É preciso que os consensos que advierem da prática democrática não arrefeçam o esforço de aprimoramento do processo político.
- (D) A democracia nos provém de meios para lutarmos não apenas por nossos direitos, mas pelos dos indivíduos que o sistema não privilegia.
- (E) Se os ganhos da luta democrática não contemplarem e satisfizerem a todos os cidadãos, estará sendo alcançada uma vitória apenas parcial.

19. É preciso **corrigir** a redação da frase:

- (A) Prefiram-se as falhas da democracia às supostas vantagens de qualquer outro regime político.
- (B) Os ideais por que lutam os cidadãos costumam ser mais claros do que as razões por que se abstêm de lutar.
- (C) A estagnação social e o conformismo do povo constituem entraves ao processo de amadurecimento da vida política.
- (D) Sempre haverá os que imaginam a democracia sendo um regime pelo qual só contam os votos da maioria.
- (E) Os conflitos sociais são penosos, mas não deixam ficar na sombra as injustiças e as desigualdades.

20. As eleições são importantes, mas não se empreste às eleições um valor absoluto, ainda que muitos ainda vejam as eleições como finalidade última do processo democrático, sem falar nos que consideram as eleições uma aborrecida obrigação.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) se lhes empreste - as vejam - as consideram
- (B) se as empresta - as vejam - lhes consideram
- (C) se empreste-lhes - vejam-nas - lhes consideram
- (D) se empreste a elas - lhes vejam - as consideram
- (E) se lhes empreste - vejam-lhes - consideram elas

NOÇÕES DE DIREITO

21. Com relação aos Servidores Públicos, considere as assertivas abaixo:

- I. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- II. O servidor público estável perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- III. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade em caráter definitivo, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- IV. É dispensada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para a aquisição da estabilidade.

Está **INCORRETO** o que consta **APENAS** em

- (A) II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

22. No que concerne ao Poder Legislativo, é correto afirmar que compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do Banco Central.
- (B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- (C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (D) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

23. Quando se menciona da possibilidade que tem a administração de criar obrigações ou impor restrições, unilateralmente, aos administrados, diz-se do atributo do ato administrativo denominado

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) auto-executoriedade.
- (C) tipicidade.
- (D) imperatividade.
- (E) presunção de legalidade.

<p>24. Na aplicação das penalidades previstas na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, NÃO são consideradas</p> <p>(A) a natureza e a gravidade da infração.</p> <p>(B) a idade do servidor público.</p> <p>(C) os danos decorrentes da infração para o serviço público.</p> <p>(D) as circunstâncias agravantes e atenuantes.</p> <p>(E) os antecedentes funcionais do servidor infrator.</p>	<p>28. Considere:</p> <p>I. Maria ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa privada X com valor da causa de R\$ 12.450,00.</p> <p>II. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face da autarquia federal que laborava fornecendo à causa o valor de R\$ 15.000,00.</p> <p>III. Diana ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa privada Y com valor da causa de R\$ 16.000,00.</p> <p>IV. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face da Prefeitura Municipal de Caldas Novas fornecendo à causa o valor de R\$ 8.300,00.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, serão submetidos ao procedimento sumaríssimo as demandas indicadas APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>25. Considere as assertivas abaixo a respeito da gratificação de natal.</p> <p>I. São destinatários da gratificação natalina, dentre outros, os empregados urbanos, rurais, os trabalhadores avulsos e os domésticos.</p> <p>II. O cálculo da gratificação de natal é efetuado com base na remuneração do mês de dezembro e observará o tempo de serviço do empregado, sofrendo descontos de contribuições sociais.</p> <p>III. A gratificação de natal corresponderá a 1/12 da remuneração para cada mês de serviço do ano correspondente.</p> <p>IV. O adicional noturno e a gorjeta não são componentes da remuneração, não sendo computados no cálculo da gratificação de natal.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>29. O representante legal da empresa X recebeu pessoalmente intimação de execução em reclamação trabalhista na última sexta-feira. Neste caso, em regra, considerando que na segunda-feira subsequente é feriado nacional, o prazo processual correspondente iniciará sua contagem</p> <p>(A) na segunda-feira subsequente e será contínuo.</p> <p>(B) na terça-feira subsequente e será contínuo.</p> <p>(C) na própria sexta-feira, interrompendo-se no sábado e domingo subsequentes.</p> <p>(D) na própria sexta-feira e será contínuo.</p> <p>(E) no sábado subsequente, interrompendo-se no domingo subsequente.</p>
<p>26. NÃO integra o aviso prévio indenizado</p> <p>(A) a gratificação semestral.</p> <p>(B) o adicional de insalubridade pago com habitualidade.</p> <p>(C) o adicional noturno pago com habitualidade.</p> <p>(D) a hora extra paga com habitualidade.</p> <p>(E) as comissões.</p>	<p>30. Contra a decisão de magistrado que acolhe a exceção de incompetência em razão da matéria</p> <p>(A) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) não caberá recurso, por expressa disposição legal.</p> <p>(C) caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Regional Federal competente.</p> <p>(E) caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional Federal competente.</p>
<p>27. Douglas, empregado da empresa X, laborava no período noturno quando foi transferido pelo seu superior hierárquico para o período diurno de trabalho. Neste caso, Douglas</p> <p>(A) terá o adicional noturno reduzido para 10% durante pelo menos doze meses.</p> <p>(B) terá o adicional noturno reduzido para 10% durante pelo menos seis meses.</p> <p>(C) terá o adicional noturno mantido em razão da irredutibilidade salarial vedada pela Carta Magna.</p> <p>(D) terá o adicional noturno mantido pelo período de seis meses.</p> <p>(E) perderá o direito ao adicional noturno que recebia.</p>	<p>30. Contra a decisão de magistrado que acolhe a exceção de incompetência em razão da matéria</p> <p>(A) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) não caberá recurso, por expressa disposição legal.</p> <p>(C) caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Regional Federal competente.</p> <p>(E) caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional Federal competente.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A informação jurídica pode ser classificada em três categorias básicas, quais sejam, legislação, jurisprudência e doutrina. A jurisprudência inclui os seguintes tipos de documentos:

- (A) ações, sentenças, recursos, acórdãos.
- (B) normas, proposições, leis, decretos.
- (C) livros, teses, artigos, trabalhos de congresso.
- (D) boletins, certidões, declarações, relatórios.
- (E) textuais, audiovisuais, fonográficos, eletrônicos.

32. Para acompanhar o processo legislativo de um projeto de lei do Senado Federal sobre licença-maternidade, um usuário deverá recorrer

- (A) aos Anais do Senado Federal, que publicam mensalmente ordens do dia, debates, pronunciamentos e resoluções da instituição.
- (B) à Rede Virtual de Bibliotecas, que oferece um catálogo coletivo das coleções de bibliotecas da administração federal.
- (C) ao Serviço de Acompanhamento Legislativo, que envia por *e-mail* listas de textos legais aguardando apresentação de emendas ou despacho.
- (D) ao Sistema de Informações do Congresso Nacional, que permite a busca *online* na base de dados de matérias em tramitação.
- (E) ao Siga Brasil, que disponibiliza por meio da Internet o conteúdo da Revista de Informação Legislativa e do arquivo de recortes de jornais.

33. Um pesquisador necessita identificar a literatura publicada sobre o “Estatuto da Criança e do Adolescente” – ECA, especialmente estudos, debates e jurisprudência. Para atender com precisão e qualidade a essa necessidade de informação, o bibliotecário indicará uma pesquisa

- (A) na Bibliografia Brasileira de Direito, na qual o usuário encontrará referências bibliográficas de livros e artigos de periódicos, bem como as bibliotecas onde localizá-las.
- (B) no Sistema de Legislação Informatizada, no qual o leitor poderá obter o texto completo do ECA e as alterações feitas a ele desde a sua publicação.
- (C) no *Law Library Index and Legal Resources*, em que o estudioso obterá acesso *online* a resumos de documentos especializados em legislação internacional.
- (D) na Biblioteca Jurídica Virtual, em que o interessado terá acesso a informações jurídicas nacionais e estrangeiras disponíveis na Internet.
- (E) na SciELO, em que o consulente recorrerá a uma coleção das principais revistas brasileiras de direito com acesso livre aos textos integrais dos artigos.

34. Na elaboração de fichas catalográficas, seguindo o AACR2, os pontos de acesso de um documento são

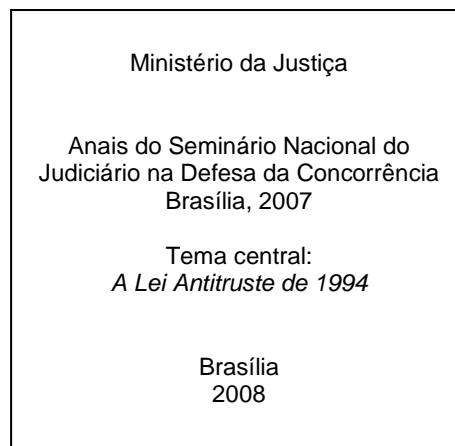
- (A) elementos das áreas da representação descritiva.
- (B) cabeçalhos de nomes e de assuntos.
- (C) responsabilidade, título, série e assunto.
- (D) nomes, títulos uniformes e remissivas.
- (E) códigos de localização do item no acervo.

35. O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil / José Roberto Dantas Oliva. – 2. ed. – São Paulo : LTr, 2006. 311 p.

Observando a descrição bibliográfica acima e considerando as regras do AACR2, é certo afirmar que

- (A) a área de detalhes específicos do material está incompleta.
- (B) a pontuação está correta.
- (C) o catalogador seguiu o nível 3 da descrição.
- (D) a entrada principal do item é o título.
- (E) a responsabilidade secundária não está indicada.

36.



Segundo as regras do AACR2, o ponto de acesso da obra cuja página de rosto aparece acima é:

- (A) Brasil. [Lei Antitruste (1994)].
- (B) [Brasil]. Ministério da Justiça.
- (C) Anais do Seminário Nacional do Judiciário na Defesa da Concorrência, 2007.
- (D) Ministério da Justiça.
- (E) Seminário Nacional do Judiciário na Defesa da Concorrência (2007: Brasília, DF).

37. Comumente, o conteúdo dos documentos revela-se bastante complexo e multidisciplinar, seja em termos de conceitos, seja em relação à variedade de aspectos de que trata. Para analisar e representar assuntos inter-relacionados, os aspectos a eles associados e os níveis de abordagem, a Classificação Decimal Universal dispõe de três mecanismos básicos:

- (A) categorias, subdivisões comuns e subdivisões especiais.
- (B) tabela principal, tabelas auxiliares e índice alfabético.
- (C) síntese, ordem de citação e ordem de arquivamento.
- (D) classes, subclasses e notação.
- (E) decimalidade, universalidade e hierarquia.

38. Na Classificação Decimal Universal, os Auxiliares Comuns Independentes são assim chamados porque os conceitos que representam podem ocorrer independentemente dos assuntos principais. São eles:
- (A) técnicas, materiais, propriedades, estado, pessoas e gênero.
 - (B) todos os auxiliares especiais com ponto zero.
 - (C) todos os números das classes gerais.
 - (D) adição, extensão, nacionalidade e ponto de vista.
 - (E) língua, forma, lugar, raça e tempo.

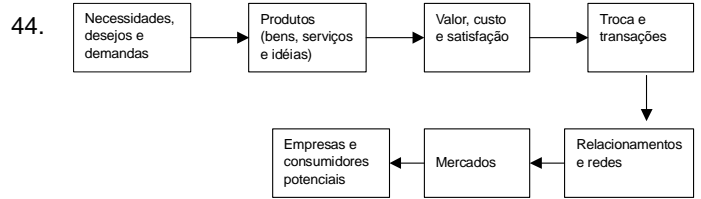
39. A indexação
- (A) constitui um macrouniverso no qual as atividades de representação descritiva e temática encontram-se inseridas.
 - (B) surgiu da necessidade da elaboração de índices e, atualmente, está vinculada à análise de assunto.
 - (C) é a área que mais evoluiu com as tecnologias, sendo todos os seus processos amplamente automatizados.
 - (D) forma um campo de conhecimento consistente, cuja prática resulta de uma única corrente teórica.
 - (E) carece ainda de paradigmas e instrumental, comportando vários significados, bastante conflitantes entre si.

40. Caracteriza-se pela comunicação direcionada, de forma individualizada, procurando manter os usuários informados sobre as últimas publicações de acordo com um perfil de interesses, e envolvendo a coleta e análise de informações segundo a sua relevância e a divulgação de dados.
- Trata-se do serviço de
- (A) indexação e recuperação de informações.
 - (B) atendimento ao usuário.
 - (C) estratégia de busca de informação.
 - (D) disseminação seletiva da informação.
 - (E) gestão de relacionamento com o usuário.

41. O princípio de administração que postula a aplicação de um plano para cada grupo de atividades com os mesmos objetivos é o da unidade de
- (A) comando.
 - (B) direção.
 - (C) propósito.
 - (D) planejamento.
 - (E) trabalho.

42. Entre as funções da administração definidas por Fayol, a que se refere diretamente ao elemento humano nas organizações é a de
- (A) comandar.
 - (B) controlar.
 - (C) planejar.
 - (D) organizar.
 - (E) prever.

43. *Projeta e organiza os relacionamentos dos níveis hierárquicos e o fluxo das informações essenciais de uma organização.*
- A definição acima refere-se
- (A) ao controle administrativo.
 - (B) à descentralização.
 - (C) à departamentalização.
 - (D) à estrutura organizacional.
 - (E) ao planejamento operacional.



- A figura acima apresenta os principais conceitos
- (A) do planejamento.
 - (B) da administração.
 - (C) do marketing.
 - (D) da promoção.
 - (E) da qualidade.

45. Com a vantagem de prover um ponto central de acesso aos recursos de informação de uma empresa, assume o papel, sem precedentes, de integrador universal, constituindo um novo instrumento de gestão de informação e conhecimento nas organizações. Trata-se
- (A) da inteligência de negócios.
 - (B) da gestão do conhecimento.
 - (C) do mecanismo de busca automatizada.
 - (D) da universidade corporativa.
 - (E) do portal corporativo.

46. Na elaboração de projetos, a etapa na qual são explicitados os argumentos de venda da idéia de prestação do serviço proposto e/ou de geração de um produto é conhecida como
- (A) metodologia.
 - (B) caracterização.
 - (C) justificativa.
 - (D) previsão.
 - (E) avaliação.

47. Dentre os fatores objetivos que interferem na qualidade da avaliação de serviços em bibliotecas, destaca-se
- (A) a crescente padronização de procedimentos administrativos, com ênfase na adoção da automação.
 - (B) o excesso de trâmites burocráticos para a adoção de medidas consideradas como prioritárias.
 - (C) a resistência de funcionários mais antigos quanto a mudanças em suas práticas de trabalho.
 - (D) a falta de registro sistemático de dados sobre o desempenho da unidade de informação.
 - (E) o aumento de exigências por parte dos clientes da unidade de informação.

48. Segundo Maria Cristina Barbosa de Almeida, “a questão dos relatórios de sistemas de bibliotecas é muito complexa. Por encontrar-se a coordenação geralmente distante do dia-a-dia das bibliotecas, é absolutamente indispensável que
- (A) planeje seu relatório de forma a contar com dados verdadeiros e coerentes.”
 - (B) nomeie uma comissão interna que proceda ao levantamento e registro de todos os dados necessários ao relatório.”
 - (C) exerça controle total sobre os procedimentos administrativos de cada biblioteca.”
 - (D) compatibilize a necessidade de atuação autônoma das bibliotecas com as exigências burocráticas do sistema.”
 - (E) amplie o conceito de avaliação, trabalhando apenas com projetos e resultados.”

49. O documento que registra a forma como as atividades de aquisição de materiais de informação são realizadas no dia-a-dia de uma unidade de informação é denominado
- (A) declaração de procedimentos de aquisição.
 - (B) manual de aquisição.
 - (C) política de desenvolvimento de coleções.
 - (D) política de seleção.
 - (E) lista de desiderata.

50. *Serão adquiridos todos os títulos das bibliografias básicas de cada disciplina na proporção de 1 (um) exemplar para até 10 (dez) alunos (conforme recomendação do MEC).*
- O texto acima, extraído de um documento de Política de Desenvolvimento de Coleções disponível na internet, refere-se à atividade atualmente conhecida como
- (A) desbastamento.
 - (B) seleção qualitativa.
 - (C) aquisição cooperativa.
 - (D) aquisição planificada.
 - (E) seleção quantitativa.